

Gastos sociais favorecem mais os ricos

CELSO PINTO
Colunista da Folha

Os gastos sociais no Brasil ajudam mais os mais ricos do que os pobres.

Enquanto os 20% mais pobres ficam com 15% dos gastos sociais, os 20% mais ricos levam 21%. O resto é distribuído de forma uniforme nas camadas intermediárias.

Essa é a mais surpreendente conclusão de uma dura radiografia do problema da pobreza no Brasil feita pelo Banco Mundial no ano passado ("Brazil, a Poverty Assessment").

Para acabar com os 24 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, ou 17,4% da população em 1990, não basta colocar mais dinheiro na área social. É preciso fazer o dinheiro chegar aos pobres, acabar com a ineficiência, o desperdício e má administração.

O ministro do Planejamento, José Serra, responsável pela elaboração e controle do Orçamento da União, concorda com o diagnóstico. Ele acha que a Constituição de 88 "criou um sistema escandinavo que vai para a classe média".

Privilegio da Previdência

O maior exemplo são os privilégios criados na Previdência Social. Mas esse viés em favor da classe média, segundo Serra, acontece tanto na saúde quanto na educação e na habitação.

O estudo do Banco Mundial (Bird) tem exemplos impressionantes. A educação é a arma mais eficaz não só para acabar com a pobreza, mas também para melhorar a distribuição de renda.

No Brasil, no entanto, os gastos públicos com educação são regressivos, ou seja, quanto maior a renda do estudante, mais ele leva.



Nada pelo social

Não se trata apenas do problema conhecido do uso gratuito das universidades públicas pelos mais ricos, onde um aluno, como lembra o ministro do Planejamento, custa 18 vezes mais do que um aluno que cursa o primeiro grau.

Todo o sistema é enviesado em favor dos mais ricos, ao contrário de países como o Chile, a Colômbia e a Malásia. Dividindo a população em cinco fatias, conforme a renda, a mais pobre fica com 16% dos gastos, a segunda com 18%, a terceira com 20%, a quarta com 22% e a quinta com 24%.

No Chile, por exemplo, enquanto os 20% mais pobres ficam com 35% dos gastos, os 20% mais ricos recebem apenas 7%.

No Brasil, só um terço das crianças chega a completar o primário (que corresponde aos quatro primeiros anos do primeiro grau), comparado a 99% na Coreia e 96% na Malásia. Por quê?

Repetência escolar

Um "círculo vicioso", argumenta o estudo elaborado pelo Bird. Como a distribuição de renda é selvagem, as crianças mais pobres trabalham mais cedo e suas famílias têm poucos recursos para manter os filhos da escola, mesmo que ela seja gratuita.

A repetência é altíssima (leva-se 7,7 anos, em média, para concluir os quatro anos iniciais do primeiro grau).

Os dois fatores fazem com que a frequência escolar dos mais pobres seja baixa, perpetuando a miséria.

Sem investimentos em qualidade de ensino e programas de ajuda aos mais pobres —tanto oferecendo bolsas para colocar os filhos na escola, como ajuda para compra de material, uniformes, transportes etc—, não se resolve o problema.

Essa, aliás, é uma conclusão genérica. O problema da pobreza no Brasil não é apenas de dinheiro.

Em 1990, os gastos sociais dos governos federal, estadual e municí-

pal, somavam 19% do PIB (Produto Interno Bruto, que corresponde a toda a riqueza produzida no país).

Essas despesas caíram nos dois anos seguintes, mas devem ter recuperado esse nível depois da estabilização da economia provocada pelo Plano Real.

O ministro Serra lembra que estudos da década de 80 indicavam que os gastos sociais privados chegavam a 7% do PIB.

Como diz o Banco Mundial em seu estudo, esse nível de gasto é razoável quando comparado a outros países em desenvolvimento de porte semelhante. Só que o dinheiro não chega onde deveria, razão pela qual os indicadores sociais no Brasil estão entre os piores do mundo.

Vive abaixo da linha de pobreza, na definição do estudo, quem não tem renda familiar para comprar um cesta de alimentos com o nível mínimo de calorias necessário.

Se o governo conseguisse identificar cada um dos 24 milhões de miseráveis e desse a eles a diferença necessária para atingir a fronteira da pobreza, gastaria apenas 0,8% do PIB.

É verdade que, como diz o estudo, "simplesmente aumentar os recursos alocados aos gastos sociais pouco fará para aliviar a pobreza".

Gastar é fácil

É uma conclusão com a qual Serra também concorda. Só que essa é uma mudança politicamente muito mais difícil. "Fácil, na área pública, é aumentar gastos", diz ele, "difícil é realocá-los".

Para isso, é preciso mexer em privilégios, o que significa que grupos sairiam perdendo. "Hoje, uma professora universitária se aposenta com 25 anos, recebe 20% de aumento ao se aposentar e é imediatamente recontratada", exemplifica o ministro. Mesmo sendo um privilégio evidente, é difícil obter apoio político para eliminá-lo.

Adi Leite - 25.nov.94/Folha Imagem



Família do interior da Paraíba, cujas crianças sofrem de desnutrição

Pobres estão no Nordeste

da Redação

Aumentou em 1 milhão o número de pobres na década de 80, concentrados principalmente nas zonas metropolitanas. No entanto, os pobres, no Brasil, continuam principalmente no campo (52%) e no Nordeste (32%).

Só que o esforço social nem sempre está nessas áreas. No Nordeste, 1 em cada 4 crianças é subnutrida nas cidades e quase 1 em cada 3 no campo. Mesmo assim, embora o Nordeste concentre 65% dos subnutridos, o programa de nutrição, em 93, gastou apenas 41% do total na região.

O caso do campo é ainda mais dramático. O aumento da produção agrícola não reverteu em favor de salários melhores para os trabalhadores do campo.

A razão, segundo o Bird, é simples. A política agrária do regime militar dos anos 70 foi uma combinação de enormes subsídios creditícios, com generosos incentivos fiscais para os proprietários mais ricos. Com isso, houve uma concentração da propriedade e um salto brutal no preço da terra, que triplicou nos anos 70.

Além de funcionar como uma perpetuadora da pobreza no campo, essa política foi ineficaz, segundo o estudo. Pequenas e médias propriedades são mais produtivas, além de melhorarem a distribuição de renda.

Miséria cresceu durante o governo Collor

da Redação

Nos anos 80, cresceu em um milhão de pessoas o número de miseráveis no Brasil, em especial nas grandes cidades. No governo Collor (90-92), as indicações são de que a situação piorou ainda mais.

O número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza no Brasil, pelo critério usado no estudo do Banco Mundial, era de 24 milhões em 1990, ou 17,4% da população, número bem maior do que em países de tamanho semelhante.

Não há dados nacionais além desse ano, mas pesquisas em áreas metropolitanas indicam que o número de pobres pode ter crescido para 20% da população em 1993.

É um dado desastroso. Mesmo na "década perdida" (anos 80), embora o número absoluto de pobres tenha crescido, o relativo caiu de 20% para 17% da população.

Há muita discussão sobre como medir a linha de pobreza. O Banco Mundial define pela renda capaz de comprar uma cesta básica que forneça o mínimo de calorias, considerado o custo de vida da região.

No caso do Brasil, a linha de pobreza, em 90, variava de US\$ 200 de

renda anual no Nordeste a US\$ 450 em São Paulo e Rio.

O salto recente da pobreza aconteceu nas regiões metropolitanas, mas a zona rural ainda responde por 52% do total de pobres.

O Nordeste continua sendo a região com maior número de pobres, 32% do total do país, e 44% do total rural. Em termos relativos, as unidades da Federação com menos pobres são o Distrito Federal com 5% e São Paulo, com 7%.

Pela ordem de importância, os fatores que mais determinam as chances de ser pobre são: viver no Nordeste, trabalhar no campo, ter uma família grande e ser negro.

Chances

Ao contrário, as chances de não ser pobre aumentam na proporção direta do: nível de educação, uma família onde a esposa trabalha, ter carteira de trabalho assinada e ter um lar cuja fonte principal de renda vem de um homem. Nas zonas urbanas, lares sustentados por mulheres têm duas vezes mais chances de viver na pobreza.

A pobreza é cruel com as crianças. Uma em cada três abaixo de quatro anos são pobres. A propor-

ção cai para uma em cada quatro para a faixa entre 5 e 17 anos.

O Banco Mundial indica a clara relação entre crescimento econômico e redução da pobreza. Os anos 80, de baixo crescimento e alta inflação, foram cruéis com os mais pobres. Enquanto os 10% mais pobres perderam, na década, 5,1% da renda, os 10% mais ricos perderam apenas 1,3%.

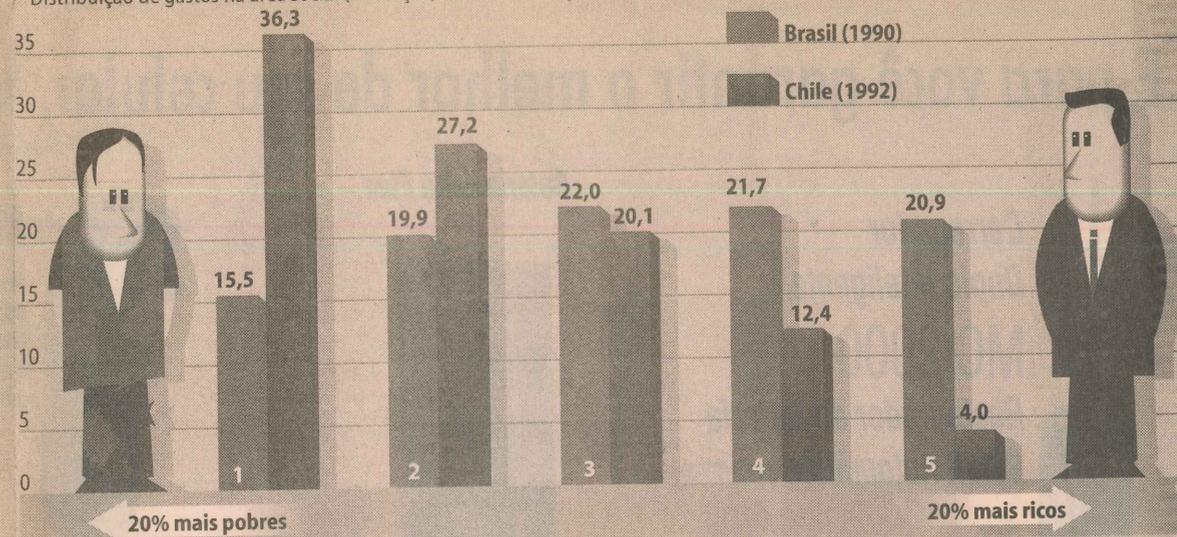
Mais do que o desemprego, que apesar da crise se manteve em níveis razoáveis, o que mais afetou os mais pobres foi o salto no emprego informal em relação ao emprego registrado em carteira de trabalho.

O estudo calcula que é preciso um crescimento anual de 3% do PIB para manter inalterado o grau de pobreza e um mínimo de 7% para reduzir o número absoluto de pobres. É preciso também reduzir a desigualdade na distribuição de renda, que não parou de crescer desde os anos 60.

Se entre 1960 e 1980, ao mesmo tempo em que cresceu, o Brasil tivesse melhorado a distribuição de renda na mesma proporção que a Malásia, teria reduzido o número de pobres não em 60%, como ocorreu, mas em 90%. **CELSO PINTO**

Mais pobres recebem menos no Brasil

Distribuição de gastos na área social (educação, saúde e habitação) em comparação com Chile, em %



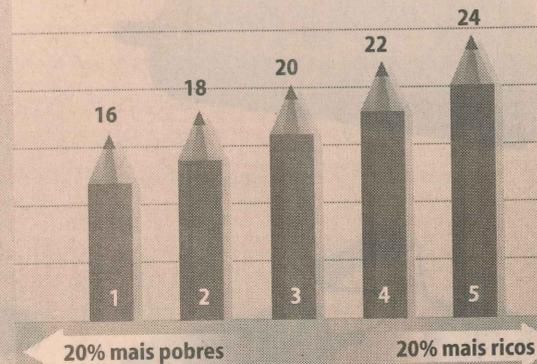
Investimentos aumentam nos últimos dez anos

Percentuais do PIB investidos na área social no Brasil

	1985	1990
Alimento e nutrição	0,17	0,26
Educação e cultura	2,92	4,21
Saneamento	0,67	0,80
Habitação	1,17	1,36
Trabalho	0,05	0,97
Assistência social	0,23	0,44
Seguridade social	5,92	7,80
Saúde	2,18	3,12
Total	13,3	18,96

Mais ricos ganham mais para educação

Distribuição dos gastos públicos no setor no Brasil, em 1990



Subsídios aumentaram o preço da terra

da Redação

A concentração da propriedade fundiária no campo e a política de subsídios e incentivos aos produtores de maior renda explicam porque o aumento da produção agrícola não resultou em redução da pobreza rural no Brasil, como aconteceu em outros países.

A política agrícola dos governos militares, em particular nos anos 70 e na primeira metade dos anos 80, foi particularmente perversa para os pobres, na análise do estudo do Banco Mundial sobre a pobreza no Brasil. Em 1990, 52% dos pobres estavam no campo, especialmente no Nordeste.

Ao despejar subsídios creditícios que chegaram, em meados dos anos 70, ao valor de toda a produção agrícola, e incentivos fiscais

para a expansão da produção, o governo beneficiou os grandes produtores e estimulou a concentração da propriedade da terra.

Assim, em vez de o aumento da produção ter levado ao aumento dos salários e benefícios aos trabalhadores, como em outros países, acabou levando a um salto no preço das terras.

O valor das propriedades rurais triplicou nos anos 70 e aumentou 40% nos anos 80, enquanto a renda média do trabalhador do campo, no Nordeste, subiu apenas 66% nos anos 70 e estagnou nos anos 80.

Essa política começou a ser revertida no final dos anos 80, com a eliminação dos subsídios e incentivos fiscais. Com isso, o preço das terras começou a recuar. O trabalho argumenta que algumas indicações mais recentes são encoraja-

doras, mas sugere mais.

Propostas

O estudo defende com ênfase medidas que ajudem a desconcentrar a propriedade. Argumenta que pequenas e médias propriedades são mais eficientes e produtivas.

O trabalho sugere que o governo poderia garantir recursos para os mais pobres comprarem propriedades, como ocorre na África do Sul e na Colômbia.

Ao mesmo tempo, lembra que a legislação trabalhista acaba desestimulando os proprietários a arrendarem ou aceitarem parceria, em suas terras, a agricultores mais pobres. A proteção a esses parceiros e arrendatários é hoje tão forte, na letra da lei, que acaba levando os proprietários a preferirem manter suas terras incultas. (CP)